



1 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA ANHATOMIRIM**, no auditório da Escola
2 do Meio Ambiente, bairro Costeira da Armação, em Governador Celso Ramos-SC, iniciada às 13h40 do
3 dia vinte de março de 2019. Presentes as senhoras e os senhores conselheiros, conforme lista de
4 assinaturas, tendo sido justificadas as ausências da Polícia Militar Ambiental, do IPHAN, do Comitê de
5 Bacias dos Rios Tijucas e Biguaçu e dos representantes comunitários Laurentino e Eneino (Fazenda),
6 Carolina e Alexandre (Areias), Humberto e Andrei (Caieira), Sintia e Francisco (Armação). Também
7 participam da reunião pessoas da comunidade. **Heitor Schulz Macedo/APA** inicia os trabalhos e passa à
8 palavra para **Marcos César da Silva**, chefe da APA e presidente do Conselho, que dá as boas-vindas e
9 apresenta o senhor Kaiann Barentin, presidente da Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso
10 Ramos-FAMGOV, criada pela lei complementar municipal nº 1.294, de 12 de dezembro de 2018. **Heitor**,
11 em seguida, lê a pauta do dia e sugere que cada um se apresente aos demais. Logo após, no PRIMEIRO
12 PONTO DE PAUTA, passa-se à APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO do Conselho, em
13 dezembro de 2018. **Heitor** faz sua leitura, destacando os encaminhamentos naquela reunião; ao final,
14 pergunta se há comentários ou correções, e a ata é aprovada sem ressalvas. Prosseguindo no SEGUNDO
15 PONTO DE PAUTA, são projetados em tela OS ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO DE
16 DEZEMBRO passado: (1) *Elaboração de questões norteadoras para um artigo sobre o Conselho da*
17 *APA*, a serem enviadas pelo conselheiro William/Comitê Tijucas – segundo Heitor, o conselheiro
18 respondeu que estava ocupado com outras atividades e não viria à reunião, então Heitor pergunta se
19 alguém assumiria a tarefa ou se ela ainda ficaria com William; como ninguém se opõe a que fique com
20 William a tarefa, ela continua com o conselheiro. (2) *Situação dos barcos de pesca deixados na praia do*
21 *Antenor*: Heitor comenta a grande perda com a saída do Conselho de Adelina Cristina Pinto, a Kica, que
22 era da SPU; ressalta a importante parceira da APA com a Secretaria do Patrimônio da União e que Juliano
23 Luiz Pinzetta continuará no Conselho. **Juliano/SPU** menciona que foi exonerado da Coordenação de
24 Fiscalização do órgão e a estrutura da SPU está muito incerta, lembra que a medida provisória 852, de
25 21/09/2018, alterou a lei nº 13.240/2015, pelo que a União pode transferir aos municípios a gestão das
26 praias marítimas urbanas, exceto em unidades de conservação federais, portanto no caso da APA a gestão
27 das praias continua com a SPU (inciso V do artigo 14 da lei). **Gabriel Serbali/conselheiro da Caieira**
28 pergunta se a fiscalização continua com a SPU. **Juliano e Kica** respondem que sim. **Gil Marcos dos**
29 **Santos/Secretário de Pesca** de Governador Celso Ramos comenta que Marlos da Capitania dos Portos
30 disse que poderia ajudar, bastava passar a identificação dos barcos. **Cristiano Santos/AMAG**
31 (Associação de Maricultores de Governador Celso Ramos) relata que, em vistoria na praia do Antenor,
32 conversou com pescadores e eles próprios pediram limpeza da praia, mas ainda não houve possibilidade
33 de falar com todos. **Heitor** questiona os representantes do Antenor presentes. **Marilise Krueger da**
34 **Silva/representante do Antenor e Edson Luiz Chodren/morador** falam que melhorou a organização
35 dos barcos quanto ao lixo. **Kica** sugere que se chame da SPU Tereza Cristina Godinho Alves, para falar
36 sobre a gestão de praias. **Juliano/SPU** sugere, em vista da lei e da gestão de praias em unidades de
37 conservação, que se altere o plano de manejo da APA, a fim de existirem algumas diretrizes, lembrando
38 que a mudança foi por medida provisória, mas se precisa inteirar dela. **Kica** fala que não houve
39 regulamentação sobre a aplicação dessa medida provisória [a Portaria 113/2017-SPU, de 12/06/2017,
40 regulamentava o termo de adesão à gestão das praias pelos municípios, antes da mudança da lei pela
41 medida provisória, que ampliou os tipos de praia que podem ser entregues aos municípios, além das
42 praias marítimas, também a gestão da orla, das praias estuarinas, lacustres, fluviais, todas federais]. Por
43 isso Kica sugere uma reunião entre a APA e a SPU, para ver como colocar essa gestão no plano de
44 manejo antes que o Conselho se reúna (Juliano havia mencionado que o Conselho poderia reunir-se para
45 debater o assunto). **Marcos/APA** pergunta quem é o gestor das praias no município de Governador Celso
46 Ramos, considerando que este foi, segundo Juliano, um dos primeiros a receber a gestão. **Kica** responde
47 que o prefeito ficou como gestor [a Portaria 113, no seu anexo 1, traz o modelo do termo de adesão à
48 gestão de praias, que é assinado pelo prefeito/pela prefeita e no qual se identificam o gestor/a gestora
49 municipal de utilização de praias e seu substituto ou substituta]. Juliano comenta que, então, ele prefeito é



50 que também deve dar satisfação sobre a fiscalização das praias. **Edgar da Silva Felisbino/morador do**
51 **Antenor** pede a palavra e diz que melhorou a situação dos barcos, mas tem lixo com acampamento na
52 praia do Sinal com cachorro, por isso precisa uma fiscalização. **Gabriel** afirma que seria interessante
53 fiscalização, especialmente na época da temporada, em todas as praias do município, não sabe se
54 ostensiva, porque não se tem estrutura, mas uma fiscalização de vez em quando. **Edson Luiz** lembra que
55 o caminhão só recolhe lixo na estrada geral. **Heitor** comenta sobre os desafios da gestão. **Gabriel**
56 prossegue a fala e diz que, na sua casa, tem muita gente que cuida do lixo que leva, mas nem todo mundo
57 faz isso e ele tem que recolher o lixo, e existe gente que faz fogo, por isso uma fiscalização faria as
58 pessoas verem que não está tudo largado. **Heitor** anota no flipchart os encaminhamentos que vão saindo
59 do debate até aqui: GESTÃO DE PRAIAS • reunião SPU, ICMBio e Prefeitura, apresentação na próxima
60 reunião do Conselho Gestor. **Acionor Cícero Monteiro, o Nô/representante da Fazenda da Armação**
61 fala do “óleo-troca”, que os barcos trocam na praia e cai na areia. **Pierre Alberto Mees**
62 **Simão/ACATMAR** (Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins) ressalta que já
63 avisou que a marina [São Sebastião, na Fazenda da Armação] está aberta para receber descarte de óleo.
64 **Marilise** testemunha que as pessoas deixam cachorros na praia e até os abandonam, que seus dois netos
65 se contaminaram e agora estão sob antibiótico. **Osmar Renoldo Santos/representante da Armação da**
66 **Piedade** menciona que, sobre os cachorros, lá eles combinaram de fotografar e colocar em rede social,
67 assim encontraram dois donos. **Heitor** acrescenta no flipchart, em gestão de praias: • discutir na próxima
68 reunião sobre a fiscalização das praias, camping, lixo, cachorro, óleo, conchas, barcos. **Edson Luiz**
69 questiona, também, sobre o problema do caminhão de lixo que não passa em todas as ruas do Antenor,
70 nem no final de semana, porque os funcionários não têm vale-alimentação, vale-transporte. **Pierre**
71 pergunta se não tem como falar na Prefeitura. **Edson Luiz** responde que não tem como falar com o
72 “homem” e está aproveitando para falar aqui. **Heitor** pergunta aos presentes quem é da Prefeitura. Cinco
73 pessoas levantam as mãos. E repassa os pontos mencionados de encaminhamento da reunião anterior, em
74 dezembro, sendo o dos barcos que geraram esse debate o segundo ponto, então passa ao terceiro ponto:
75 (3) **GT do saneamento**, considerando que não houve reunião do grupo, Heitor pergunta se é interessante
76 continuar com o GT. **Edson Luiz** pergunta se precisa efetivamente. **Gabriel** fala que é preciso, que os
77 servidores principalmente da Prefeitura é que tem que tocar o GT. **Heitor** fala que uma discussão é que os
78 órgãos devem tocar o GT, outra é que os representantes comunitários. **Gabriel** diz que seria ótimo se
79 pudessem debater. **Edgar** comenta que os fiscais da Prefeitura informam que ele é quem avisa sobre
80 construções irregulares. **Gabriel** menciona que a Associação de Moradores da Caieira do Norte já
81 reclamou do esgoto na Caieira e não houve resposta. **Marilise** comenta que são tantos os órgãos no GT e
82 não se consegue nem reunião, e tem que saber por quê. Heitor pondera que, então, é importante o GT,
83 porém se precisa ver como organizar. **Lorival Agostinho Furtado/representante de Areias de Baixo**
84 diz que no GT nos vimos umas duas vezes, mas o Conselho viu que não poderia fazer, executar o
85 saneamento, mesmo se conseguisse verba; quanto à fiscalização, só os órgãos podem fazer. **Milena**
86 **Marques Rafael/Marques Consultoria Ambiental** fala que o município tem o plano de saneamento,
87 mas não andou, então nós cobramos os servidores, ela já foi servidora, mas eles ficam de mãos atadas.
88 **Heitor** procura resumir o debate: o grupo continua e a Prefeitura puxa. **Marilise** frisa que a Prefeitura tem
89 que tomar providência. **Gabriel** comenta que pagamos impostos e a Prefeitura tem que dar resposta.
90 **Heitor** passa a palavra para **Nô**, que pergunta sobre a emissão de carteiras de pesca. **Heitor** considera
91 bem lembrado, aproveitando a representante do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e
92 Abastecimento), Daniela Mirandola Canavesso, porém é preciso fechar o tema do GT. **Lorival** avisa que
93 vai ter audiência pública sobre o plano diretor em abril (22 de abril, segundo **Grasiela Hilza Rosa**,
94 procuradora do município), que é importante participar. **Heitor** ressalta a importância do plano diretor.
95 **Gil** compromete-se a passar as datas das reuniões do plano diretor. **Heitor** pergunta se a Fundação pode
96 falar sobre o plano de saneamento. **Kaiann/FAMGOV** prefere se abster, ao considerar que não tem
97 assento no Conselho no momento, e lembra que talvez Gil pudesse falar. **Heitor**, então, pergunta à
98 procuradora do município **Grasiela**, que afirma ser preciso verificar junto à Câmara e ao Planejamento. E



99 **Heitor** pergunta se Gil poderia se encarregar de achar um coordenador para o GT do saneamento. **Gil**
100 responde que procurará conversar com o SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) ou
101 com o Planejamento. Tira-se como encaminhamento que o Conselho mandará ofício à Câmara, pedindo
102 esclarecimento, quando um dos presentes questiona sobre quem minutará o ofício, então **Milena** pergunta
103 a **Eduardo Sousa de Menezes/FAMGOV** se existe um plano municipal de saneamento básico
104 tramitando na Câmara. Ele explica que foi só uma folha para lá a fim de ser aprovado o plano, não foi o
105 documento técnico de oito volumes, que depois foi mandado e está lá. **Heitor** pergunta sobre quem
106 poderia fazer a minuta. Marcos sugere o nome de Eduardo, que se compromete a minutar e mandar para o
107 GT do saneamento. **Marcos**, nesse momento, pergunta sobre a filmagem que está sendo feita. **Alex**
108 **Ocker** responde que está filmando e pode parar se for o caso. **Marcos** esclarece que não se trata de
109 censura de modo algum, apenas é preciso se identificar, considerando que o Conselho tem grupo de
110 whatsapp. **Alex** afirma que é do Portal Governador e representa o gabinete do deputado Nazareno Martins
111 [trata-se de Nazareno Setembrino Martins, natural de Palhoça, eleito em 2018 deputado estadual pelo
112 Partido Socialista Brasileiro-PSB], ele volta a dizer que pode sair. **Cláudio Alcino Rosa, o**
113 **Claudinho/representante da Costeira** lhe diz que apenas explique quem é. **Marcos** insiste em que de
114 modo algum precisa sair, que a reunião é pública, embora somente os conselheiros possam votar. **Heitor**
115 pergunta às pessoas presentes se existe algum problema a filmagem. Várias pessoas dizem que não. **Kica**
116 lembra que o grupo de whats publicou coisas e depois as pessoas se incomodaram. [Para conhecimento,
117 anexa-se a esta ata a publicação dessa reunião do Conselho no referido portal, no endereço:
118 <<http://portalgovernador.blogspot.com/2019/03/lixo-acumulado-durante-temporada-falta.html>>.]
119 Novamente com a palavra, **Heitor** fala rapidamente do quarto e último ponto de encaminhamento da
120 reunião de dezembro de 2018: (4) **Requerimento da família Mund**, com revisão pontual do plano de
121 manejo da APA, que o documento foi encaminhado para Brasília. Assim, retoma a pauta da reunião do
122 dia e passa ao seu TERCEIRO PONTO: A RENOVAÇÃO DO CONSELHO. **Arno Hubbe**
123 **Filho/IBAMA** pede que Heitor fale sobre quando vence o Conselho atual. **Heitor** responde que a
124 presente reunião é a última do Conselho atual e explica como está composto o Conselho hoje: órgãos
125 governamentais e não governamentais, mais os representantes comunitários; ressalta que, para os
126 comunitários, a situação é diferente, pois são eleitos a partir de uma reunião, na qual se elegem dois
127 titulares e dois suplentes por comunidade; mostra que o processo de renovação é mais simples que o de
128 criação, relativamente aos governamentais e aos não governamentais (um convite da APA por ofício).
129 Para tanto, sugere uma reunião extraordinária do Conselho atual, em que se avalie o interesse de
130 continuar ou não desses órgãos, bem como se identifiquem outros órgãos governamentais e não
131 governamentais. **Arno** pergunta o prazo. **Heitor** prefere antes falar do processo e, depois, definir data,
132 entre outros aspectos, e frisa que, para os representantes comunitários, é obrigação do ICMBio puxar
133 reunião em cada comunidade para eleição, em que pode continuar ou não a mesma pessoa (comenta que
134 ligou para conselheiros comunitários que não querem continuar, enquanto outros querem, além de existir
135 a possibilidade de entrar novas pessoas). Então menciona que a APA se deu como prazo o mês de abril
136 para a reunião extraordinária e pergunta a respeito às pessoas presentes. **Gabriel** responde que sim. **Arno**
137 pergunta se essa reunião não pode ser na próxima reunião ordinária. **Gabriel** fala que ela está longe.
138 **Heitor** comenta que está pré-agendada para daqui a três meses. **Arno** lembra que, na última vez, foi
139 usada a reunião ordinária. **Heitor** considera que se pode fazer extraordinária para os comunitários e, para
140 os governamentais e não governamentais, pode ser na reunião ordinária de junho próximo.
141 **Daniela/MAPA** sugere que essa reunião poderia ser em dois períodos, de manhã a renovação e à tarde a
142 pauta do dia. **Claudinho** fala que é complicado, porque o nome do ICMBio é rejeitado. **Heitor** comenta
143 que tem gente na Costeira que quer ser conselheiro. **Claudinho** diz que, sim, vocês [do ICMBio] são
144 queridos aqui, mas, sabe, a cabeça deles é poluída. **Heitor** fala que, a partir da sugestão do Arno, junho
145 fica para escolher governamentais e não governamentais. **Arno** acrescenta que vocês [do ICMBio]
146 avaliem se a reunião será o dia todo. **Kica** diz que se precisa ver que a pauta para junho é complexa, sobre
147 gestão de praias. **Marlos Antonio Nochi/Capitania** sugere que, para adiantar, otimizar o tempo, já se



148 poderia mandar ofício, a fim de ver se os órgãos querem ou não continuar no Conselho. **Juliano**
149 concorda, até porque o órgão é que decide, comenta. **Heitor** também concorda, mas pondera que se
150 precisa avaliar, porque existe órgão que não participa das reuniões. **Marcos** acha interessante a proposta
151 do Marlos, pois quem não participou não vai querer. **Cristiano** diz que se o órgão não quiser não vem.
152 **Kica** considera obrigação, na gestão de praia, por exemplo, a SPU não pode se abster. Então Heitor
153 procura resumir o debate: renovação na reunião ordinária, as instituições governamentais e não
154 governamentais indicam interesse, com titular mais suplente. **Kaiann** comenta que a decisão do órgão é
155 discricionária. **Heitor** pergunta o que é discricionário. **Kaiann** responde que a instituição decide e
156 pergunta qual o prazo. **Heitor** responde que o Conselho tem de ser paritário, mas quem decide quais os
157 órgãos é o Conselho. **Kaiann** pergunta se é possível fazer uma frequência desses órgãos. **Heitor** responde
158 que, sim, isso será trabalhado, mas não é o único indicativo, pois às vezes o órgão é essencial e não
159 participa, porque está um quiproquó no órgão, e pergunta sobre quem decide quem participa no órgão,
160 logo respondendo que o Conselho não decide quem no órgão participa; lembra que Luciara é diretora da
161 Escola do Meio Ambiente, participa das reuniões do Conselho, é grande anfitriã. **Kaiann** pergunta se
162 deliberam nas reuniões. Heitor responde que não, frisando que a gente tem sempre reunião aberta,
163 participativa, e na votação só o titular. **Marilise** pergunta se pode ser definida a data da reunião de junho,
164 setembro. **Heitor** diz para começar por junho. **Roberto Tonera/UFSC** sugere 12 de junho. **Heitor** sugere
165 dia 19; e sobre as reuniões para escolha dos representantes comunitários, explica que geralmente são à
166 noite e que serão divulgadas. **Arno** pede, no caso do IBAMA, para ser feito um ofício. **Marcos** comenta
167 que se fará um ofício circular. **Marlos** sugere que o ofício já peça a participação e a indicação do
168 representante. **Milena** acha que a Prefeitura teria que ter mais representantes além das duas pessoas.
169 **Heitor** diz que, então, na próxima reunião debateremos e pergunta se seguimos para o quarto ponto da
170 reunião ou se passamos para o mais rápido. **Marcos** indica para seguirmos. **Heitor** anuncia o QUARTO
171 PONTO: ACP DO RIO ANTENOR, e dá a palavra para **Marcos**, que explica que ligou ao prefeito,
172 pedindo-lhe que houvesse alguém do município a fim de esclarecer o caso, por isso está presente a
173 procuradora do município, doutora Grasiela, assim como está a conselheira e representante do Antenor
174 Marilise, além de alguns moradores do bairro; comenta que algumas pessoas querem a manifestação do
175 ICMBio, que o órgão multou muitas casas, o que levou à ACP do Ministério Público Federal e, então, não
176 pode ter posição diferente agora; começa a fazer o histórico e, pedindo licença à doutora Grasiela, solicita
177 que Milena ajudasse a esclarecer, lembrando que foram feitos laudos pelo município, houve tentativas de
178 conciliação na justiça, mas, com a ausência do município na última, o caso foi para sentença; acrescenta
179 que essa cobrança para o ICMBio atuar como defensor dos moradores seria difícil, se lá atrás fomos os
180 iniciadores; assim, pede para Milena falar. **Milena** comenta que na época era diretora do Meio Ambiente,
181 eram sessenta casas (cinquenta e duas, fala **Eduardo**), que a doutora Analúcia do MPF questionou a
182 eficiência das fossas e, na última audiência judicial, a perita do MPF informou que o sistema implantado
183 não é eficiente por causa do lençol freático; conclui que participou até 15 de julho, depois não participou
184 mais. **Grasiela** explica que a ACP é de 2012, trata das construções irregulares nas margens do rio
185 Antenor, tem sentença determinando a demolição, a Procuradoria do município está preparando o recurso,
186 cujo prazo vai até 04 de abril, são de 52 a 60 casas (o Planejamento está fazendo o levantamento), vários
187 moradores já procuraram a prefeitura; o município vai pedir a suspensão da sentença e, enquanto estiver
188 no recurso, não há como garantir a suspensão, mas geralmente é dada. Alguns dos presentes, moradores
189 do Antenor, perguntam se devem procurar advogado individualmente. Grasiela comenta que a prefeitura
190 vai cuidar do assunto no geral, não do caso a caso, que tem situações muito distintas: dois metros, dez
191 metros do rio. **Juliano** cita como possibilidade a Defensoria Pública. **Milena** comenta que se pediu para
192 ver caso a caso, mas a doutora Analúcia não concordou. **João Luiz Godinho/IMA** (Instituto do Meio
193 Ambiente de Santa Catarina) lembra que a lei mudou, mas a APP continuou, e os órgãos não podem fazer
194 diferente; conhece a área, é um baixio, não serão os trinta metros que resolverão, pode-se dar descarga a
195 cem metros; o loteamento foi feito sem a autorização da FATMA, do município, e hoje o rio é uma calha
196 de esgoto; por isso a saída é fazer uma estação de tratamento. **Juliano** comenta, com base em outros



197 casos, que muitas vezes a prefeitura consegue reverter, mas então o MPF vai ajuizar ação contra cada
198 morador. **Edson Luiz** fala que sua casa é de 1984, quando não eram trinta metros [de APP]. **Grasiela**
199 menciona que o Código é de 1965. **Kaiann** diz que a mudança de cinco para trinta metros foi em 1986,
200 então Edson tem razão. **Grasiela** pergunta se ele está falando do Código. **Kaiann** responde que o tempo
201 rege o ato, então, se como diz o Godinho, uma ETE resolve, a prefeitura vai lutar por isso com sua
202 Procuradoria. **Juliano** comenta que a Justiça é que decidirá. **Edson Luiz** considera que não se pode
203 colocar uma placa hoje na praia de “proibido pedestre” e multá-lo por ter passado ontem. **Marilise**
204 comenta que, vendo a ação assim, parece que a gente é tudo bandido, mas se a gente for ver existem
205 fatores externos até do próprio Antenor, como as escunas que antes revolviam o fundo do mar, ou quando
206 a gente acompanha os laudos de balneabilidade e já apareceu poluição do rio do lado direito, que não tem
207 nada a ver com o rio Antenor. **Grasiela** fala da dificuldade para a Prefeitura de fazer a defesa caso a caso,
208 de dizer quando foi construída a casa, qual sua distância do rio, se tem sistema de esgoto e qual sua
209 eficiência. **Kica** não acha difícil, enquanto poder público, e cita a prerrogativa do poder público de
210 regularização fundiária e de fazer o levantamento. Várias pessoas debatem ao mesmo tempo. **Kica**
211 pergunta se as pessoas estão fazendo reunião. **Marilise** responde que sim, mas comenta que a
212 contribuição para a associação de moradores é pequena, cinco reais, e como cada caso é um caso não tem
213 como a associação contratar um advogado. **Juliano** comenta que ação assim existe em quase toda praia
214 de Santa Catarina. O debate aumenta, algumas pessoas pedem silêncio. **Heitor** pede uma questão de
215 ordem. **Marilise** pergunta se o ICMBio fará alguma coisa. **Heitor** responde que, como o ICMBio foi polo
216 ativo, não tem como falar agora, já a Prefeitura, como foi esclarecido, entrará com recurso; observa que
217 são 15h47, ainda faltam dois pontos de pauta e temos o lanche, então sugere fazer o lanche por quinze
218 minutos, para voltar em seguida com algum ponto de amarração, aproveitando-se também o lanche para
219 afinar a conversa. Às 15h52 dá-se a pausa para o lanche, retornando-se às 16h17. Ao retomar, **Heitor**
220 destaca o que foi esclarecido, sobre o que a Prefeitura está fazendo, e inicia o QUINTO PONTO DE
221 PAUTA, A REVITALIZAÇÃO DO CANTO SUL DA FAZENDA DA ARMAÇÃO. Antes, **Marcos**
222 pede a palavra, agradece a participação de Grasiela, as falas de Milena, Edson Luiz e Marilise. Então
223 **Marilise** diz que fica sentida, porque, como saiu na sentença, como se a gente não cuidasse da praia, mas
224 a gente faz até reciclagem. Em seguida, **Heitor** passa ao quinto ponto e dá a palavra para **Marcos**, que
225 explica tratar-se também de uma ACP, com exigência de regularização de área no condomínio Recanto
226 das Marés, tendo a Justiça decidido pela recuperação de outra área, porque mudou a definição de “topo de
227 morro” [de 50 para 100 metros de altura], por isso será proposta a recuperação com ranchos, retirada de
228 resíduos da maricultura, reativação da unidade de beneficiamento de mexilhão, esperando-se que o MPF
229 concorde; os representantes do empresário réu na ACP estão trabalhando na proposta, já foram realizadas
230 algumas reuniões com esses representantes e o município (Secretaria de Pesca), com os usuários. Em
231 seguida, **Marcos** pede a impressão que o secretário de Pesca Gil teve. **Gil** diz que é uma impressão a
232 melhor possível, pois sempre quis que a unidade de beneficiamento trabalhasse na forma de cooperativa,
233 acredita que seria a melhor planta no estado, e a única trabalhando na forma como foi pensada
234 originalmente; a preocupação é que a maricultura trabalhe de forma sustentável; informa que a Ecolibras
235 é a empresa que está assessorando o interessado na ACP, explica que foram passadas todas as
236 necessidades para fazer um projeto que seja exemplo e, se sair do papel, será perfeito; os consultores se
237 mostraram muito solícitos, vão fazer um projeto com os custos e passarão para o MPF, mas considera que
238 a gente já passou por tantas que tem medo de se frustrar mais uma vez, por isso, comenta, a gente não
239 conversa muito sobre isso com os usuários. **Nô** pergunta se pode falar. **Gil** enfatiza que, claro, pois é o
240 maior interessado. **Nô** explica que existe o manejo todo do mexilhão, desde o plantio; depois de debulhar
241 e selecionar, precisa tocar para a fábrica, mas ele não consegue, pois não tem acesso ao [financiamento
242 do] banco e continua fraco, então permanece na parte de manejo e dali vende a granel. **Gil** comenta que,
243 cedo ou tarde, a fiscalização vai acontecer. **Maria Aparecida Chaltein Almeida Bello, a**
244 **Cida/Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)** confirma que,
245 sim, com certeza. **Gil** diz que, obviamente, trabalhar na unidade de processamento sai mais caro, a gente



246 está tentando dar alternativa, o maricultor ainda não abraçou a nossa causa, a unidade de processamento
247 está lá, ajudamos na documentação de beneficiamento, só que a gente precisa da ajuda de vocês, e a
248 fiscalização uma hora vai acontecer. **Nô** comenta que sabe que vai acontecer. **Gil** acrescenta que, então, o
249 **Nô** pode ajudar. **Nô** responde sim, que ali está um nojo, mas quando a gente acha que tudo vai dar certo,
250 as coisas mudam. **Gabriel** pergunta se a sentença foi dada e se vai acontecer. **Marcos** responde que a
251 recuperação tem de acontecer; o MPF queria que a recuperação fosse in loco. São basicamente 28
252 maricultores, a gente acredita que vai haver ganho ambiental e social. **Gabriel** pergunta se também
253 haverá destinação do rejeito. **Gil** e **Cristiano** respondem que sim. **Marcos** diz que a ideia é fechar o ciclo.
254 **Tonera** comenta que, antes, se fazia cal. **Cristiano** menciona que não no nosso caso. **Tonera** lembra que
255 hoje, não, mas já existia e de todos os moluscos bivalves (berbigão, mexilhão, ostra, marisco), que
256 antigamente se usava cal de casca moída até nas estradas. **Gabriel** pergunta se tem de haver aprovação do
257 MPF. **Marcos** responde que sim, e acha que seria uma grande oportunidade para a APA de recuperar a
258 área; considera que, lógico, também os maricultores terão sua parte a fazer; essa fiscalização que ainda
259 não aconteceu, a sanitária, vai acontecer, por isso a oportunidade de poder ser um modelo. **Nô** relata que
260 já fez curso, que em todo o país a alternativa é moer e ir para o mar. **Marcos** considera que isso precisa
261 ser avaliado, será especificado no projeto. **Juliano** diz que depende do volume. **Marcos** comenta que,
262 sim, bem lembrado, depende do volume. **Cida** pergunta se pretendem fazer o SIM (serviço de inspeção
263 municipal) na área. **Gil** responde que estão pensando na certificação estadual. **Cida** observa que é
264 importante procurar saber qual inspeção, antes de fazer a planta. **Gil** comenta que a unidade já teve SIFI
265 (serviço de inspeção federal). **Daniela** pergunta se, então, seriam algumas adequações. **Gil** responde que
266 sim. **Heitor** procura ver os encaminhamentos: aqui foi explicado o que está sendo feito, mas o que se
267 pode fazer, por exemplo, quanto à CIDASC? **Gil** responde que é preciso ter o aval da CIDASC. **Heitor**
268 pondera que se precisa de um envolvimento futuro de CIDASC, EPAGRI, MAPA, SPU, e pergunta sobre
269 a situação das áreas de maricultura. **Daniele** explica que a ideia é que seja um processo no plano estadual,
270 que a gente [no MAPA] não tem perna, também se precisa da participação dos maricultores, por exemplo,
271 as boias foram tiradas; nesse momento, as decisões ocorrem em Brasília, porque estadualmente a gente
272 não tem voz, assento, não viaja. **Gil** comenta que **Daniele** falou que não tem assento, mas antes ele pediu
273 para participar do Comitê dos Pelágicos e não deixaram nem assistir à reunião; sobre a maricultura, a
274 gente tem vinte áreas para serem licitadas e nosso projeto estava muito ligado à licitação dessas áreas.
275 **Daniele** comenta que se precisa ver a rastreabilidade, que é uma exigência, por isso na hora de escrever o
276 projeto se deve ver mais a parte tradicional do que a ambiental. **Kica** menciona o trabalho do Toninho
277 [Antonio Oraci Ribeiro de Mello, representante da Associação Catarinense de Aquicultura – ACAq], a
278 participação dele em reuniões em Brasília; considera o caso de ver o que foi licitado, porque só ficou uma
279 parte em Santa Catarina. **Daniele** lembra que isso está sendo questionado. **Kica** comenta que, sim, teve a
280 ACP de Biguaçu, mas se conseguiu descrever todo um histórico, mostrando que todos os procedimentos
281 foram seguidos, porém o que pegou foi na hora de demarcar as áreas nas coordenadas definidas. **Daniele**
282 diz que nenhum maricultor cumpriu a obrigação das condicionantes; ressalta que está falando um pouco
283 do que sabe, pois a colega Tailin Rieg é que conhece melhor a situação (e não sabe se os maricultores
284 mandaram os relatórios). **Gil** acha que, no futuro, será o próprio município que outorgará as áreas.
285 **Daniele** fala que não é como na agricultura, em que a pessoa é proprietária. **Gabriel** comenta que, então,
286 é a burocracia, não se sabe como outorgar. **Daniele** e **Kica** respondem que como outorgar se sabe.
287 **Gabriel** diz que então é a burocracia. **Daniele** menciona que são vários aspectos, incluindo o MPF.
288 **Juliano** diz que a grande questão é a ambiental. **Daniele** fala que, óbvio que sim, tem a questão
289 ambiental, mas o maricultor está vendo o lucro. **Heitor** abre espaço para as falas finais sobre o assunto, e
290 várias pessoas fazem comentários ao mesmo tempo; **Heitor** procura concluir o assunto, dizendo para ver
291 se conseguimos fechar a questão em terra, pois na parte marítima ainda tem muita questão burocrática, e
292 avança para o SEXTO PONTO DA REUNIÃO: OS ASSUNTOS GERAIS. **Heitor** pergunta quais,
293 **Marcos** informa que a APA entrou na Câmara Setorial de Pesca [instituída no âmbito da Secretaria de
294 Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, com representantes governamentais e não



295 governamentais] e no momento está ocorrendo um debate sobre o berimbau ou também gerival [na pesca
296 do camarão, com uma tarrafa adaptada para o arrasto numa barra de bambu ou de PVC e que segue com a
297 força da maré]. **Gil** lembra que, no começo, se falou sobre os ranchos da Caieira do Norte. **Marcos**
298 explica que passou lá, eram doze e estão três, o restante tirou os ranchos, e o terceiro também deve ser
299 retirado; depois, pediremos à Prefeitura para tirar o material restante, então vamos conversar com o MPF
300 sobre a viabilidade ou não de construção de um rancho coletivo lá. **Lorival** pergunta sobre os outros
301 ranchos, se a Prefeitura já sinalizou alguma coisa. **Gil** diz que sim, depois que se resolveu a questão do
302 orçamento dentro dos nove milhões em obras, em que estava o rancho, agora só temos de atualizar o
303 orçamento e mandar para a licitação. **Marcos** diz para continuarem a fazer pressão. **Gil** lembra que
304 “você disseram que iriam ajudar”. **Lorival** comenta que já falou com o vereador Marquinhos. (Marilise e
305 Edson pedem licença para se retirar.) **Osmar** pergunta sobre o trapiche da Armação da Piedade. **Gil**
306 afirma que na verba de nove milhões estão previstos três trapiches: do Canto dos Ganchos, de Ganchos de
307 Fora e da Armação da Piedade. **Osmar** explica que o prefeito comentou do trapiche e que se precisa
308 saber, por causa dos investimentos. **Tonera** informa que, neste ano, se comemoram os quarenta anos de
309 gestão das fortalezas pela UFSC [Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Rationes e São José da
310 Ponta Grossa] e descreve as atividades previstas; também comenta o projeto de qualificação junto com o
311 IFSC de São José sobre as fortalezas, a candidatura de Anhatomirim e Rationes, também futuramente a de
312 São José, ao reconhecimento de patrimônio mundial pela UNESCO. **Heitor** pergunta quem conhece as
313 fortalezas. **Juliano** diz que não. **Heitor** menciona que seria importante uma saída dos conselheiros até as
314 fortalezas. **Claudio** fala que poderia levar. **Godinho** lembra sobre o potencial de reabertura das trilhas,
315 o controle de exóticas, o pínus que está descaracterizando a mata. **Heitor** considera que **Godinho** trouxe
316 dois temas: um é o avanço das exóticas, o plano de manejo da APA prevê sua retirada e, no momento,
317 não se está fazendo nada; outro tema são as trilhas, e existe um grande projeto [ligado ao Caminho da
318 Mata Atlântica, uma iniciativa com muitos atores, incluindo várias pessoas da sociedade civil, começada
319 pelo Movimento Borandá e que propõe desenhar um traçado pela cadeia montanhosa desde o Parque
320 Nacional dos Aparados da Serra no RS até o Parque Estadual do Desengano no RJ, conectando trilhas,
321 caminhos e travessias, em locais turísticos e de conservação da natureza]. **Tonera** lembra do
322 reativamento da trilha de Rationes, que tem a ver com o ICMBio e não com a APA diretamente, que a
323 gente quer reativar e tem a questão das exóticas; foi contratado um projeto pelo IPHAN e foi feita uma
324 recomendação sobre plantas exóticas; lembra, também, do tão falado centro de educação ambiental, para
325 que as cerca de duzentas mil pessoas que visitam a ilha anualmente possam também ter na fortaleza
326 educação ambiental e patrimonial. **Gil** considera que, já que se falou do ICMBio, também se poderia
327 incluir o município. **Tonera** explica que está falando do ICMBio porque é a reunião do Conselho, mas
328 tem a questão do lixo que o prefeito não quer recolher, porque a fortaleza não está no município. **Gil** diz
329 que está falando para a gente ter uma participação na fortaleza. **Tonera** comenta que é para o **Gil** ver
330 como é difícil. **Gil** fala que quanto ao lixo é que o município não ganha nada. **Tonera** diz que a coleta é
331 do município, é só cobrar a taxa de coleta. **Fabiani Aparecida de Oliveira Sokoloski/**Empresa de
332 Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) lembra que a EPAGRI também
333 participa do projeto Caminho da Mata Atlântica, desde o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, são
334 3.200 quilômetros. **Gabriel** comenta que é preciso ser sustentável, que precisa ter outras atividades.
335 Assim, tendo como encaminhamento final o compromisso de Fabiani de fazer a ata da próxima reunião
336 do Conselho, às 17h22 encerrou-se a presente, cuja ata foi redigida pelo servidor da APA Edson Gracindo
337 de Almeida.